

**01) FGV/ PGM – Niterói/ 2014 - Duas ações civis públicas, com a mesma causa de pedir, foram ajuizadas por membros distintos do Ministério Público Estadual, que atuam em Comarcas diversas. Sendo o caso de reuni-las por conexão, deverá prevalecer, para fins de prevenção, o seguinte juízo:**

- A) onde se determinou a citação válida em primeiro lugar .
- B) onde primeiro se despachou “ cite-se” .
- C) onde for a Comarca de maior entrância.
- D) não haverá conexão e ambas serão julgadas separadamente.
- E) onde foi ajuizada a primeira ação civil pública.

**02) FGV/ TRT- 12ªR/ 2017 - Joaquim, que reside em Minas Gerais, pretende ajuizar uma ação postulando a reparação de danos causados por uma empresa construtora, com sede localizada na cidade de São Paulo. Considerando que o ato causador do dano ocorreu na cidade de Florianópolis, para a propositura dessa ação o foro competente é o:**

- A) do domicílio do autor;
- B) do lugar da sede da empresa;
- C) do lugar do fato ou ato;
- D) do domicílio do autor ou do lugar da sede da empresa;
- E) do domicílio do autor, do lugar da sede da empresa, ou do lugar do fato ou ato.

**03) FGV/ COMPESA/ 2016 - A respeito das disposições sobre Função Jurisdicional, assinale a afirmativa incorreta**

- A) A continência entre duas ou mais ações ocorre quando há identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais.
- B) Os processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta, salvo se um deles já houver sido sentenciado.

**04) FGV/MPE-RJ/2016 - Pedro, proprietário de um bem imóvel situado na Comarca de Niterói, ao saber que o mesmo foi ocupado, sem a sua autorização, por Luiz, intentou ação reivindicatória na Comarca do Rio de Janeiro, onde é domiciliado. De acordo com a sistemática processual vigente, o réu:**

- A) deve alegar o vício de incompetência como preliminar de sua contestação, sem que o juiz possa conhecer ex officio da matéria;
- B) deve alegar o vício de incompetência como preliminar de sua contestação, embora o juiz possa conhecer ex officio da matéria;
- C) deve alegar o vício de incompetência pela via da exceção, sem que o juiz possa conhecer ex officio da matéria;
- D) deve alegar o vício de incompetência pela via da exceção, embora o juiz possa conhecer ex officio da matéria;
- E) não pode alegar o vício de incompetência, já que a possibilidade de o autor intentar a ação na comarca de seu domicílio compatibiliza-se com a garantia constitucional do pleno acesso à jurisdição

**05) FGV/TJ-PI/2015/adaptada ao NCPC - Günther, empresário alemão com domicílio em Teresina/PI, vem a falecer durante visita à Alemanha, deixando bens em território brasileiro. Nesse caso, à luz do disposto na Constituição e no Código de Processo Civil, a justiça brasileira**

- A) não é competente para conhecer de ações em que o espólio de Günther for réu, nem para processar o inventário de seus bens;
- B) é competente para processar o inventário dos bens deixados por Günther no Brasil, bem como para conhecer de ações em que o seu espólio for réu;
- C) é competente para processar o inventário dos bens deixados por Günther no Brasil e no exterior, mas não para conhecer de ações em que o seu espólio for réu;
- D) é competente para processar o inventário dos bens deixados por Günther no Brasil, mas não para processar o inventário de eventuais bens deixados no exterior e conhecer de ações em que o seu espólio for réu;
- E) é competente para processar o inventário dos bens deixados por Günther no Brasil e no exterior, bem como para conhecer de ações em que o seu espólio for réu

**06) FGV/TJ-RO/2015 - No curso de um processo, em que o genitor pede em face da genitora a guarda unilateral de seu filho, o juízo identificou que ali já tramitava outro feito referente ao mesmo pedido, embora formulado pela avó materna em face da genitora. Em razão dessa circunstância, deverá o juiz:**

- A) determinar o prosseguimento de ambos os processos, sem reuni-los, uma vez que as partes não coincidem;
- B) determinar a reunião de ambos os feitos para julgamento em conjunto, por força da conexão entre as causas e da necessidade de se afastar o risco de prolação de decisões conflitantes;
- C) extinguir o segundo processo distribuído, porque já está sendo discutida a guarda do menor em outro feito;
- D) extinguir o segundo processo, porque configurada a hipótese de litispendência;
- E) determinar a reunião de ambos os feitos para julgamento em conjunto, dada a identidade do polo passivo, embora não ocorra a conexão.

**07) FGV/DPE-RO/2015 - Maria viveu em união estável com Joaquim por 10 anos e teve dois filhos desta relação, ainda menores de idade. Maria pretende propor uma ação para ver reconhecida judicialmente esta relação familiar. Ocorre que Joaquim faleceu antes do ajuizamento da ação. Nesse sentido, poderá Maria**

- A) propor a ação em face de Joaquim, uma vez que o falecimento do réu não tira o direito da autora de ver reconhecida a relação jurídica pretendida;
- B) propor a ação em face de seus filhos, sendo estes representados em juízo pela própria autora, uma vez que os incapazes serão representados em juízo por seus pais;
- C) propor a ação em face de seus filhos, devendo estes ser representados por curador especial nomeado pelo juiz, pois os interesses dos incapazes colidem com os da representante legal;
- D) propor a ação em conjunto com seus filhos, a qual neste caso não terá polo passivo;
- E) requerer administrativamente perante o Cartório de Registro Civil o reconhecimento da união estável, uma vez que este pedido não dependia da concordância do convivente falecido

**08) FGV/PGE-RO/2015 - José e João, acionistas de uma empresa, não foram comunicados sobre uma assembléia que iria tratar de assuntos referentes a seus interesses. Desse modo, ajuízam ação, em litisconsórcio, em face da empresa, pedindo a anulação da referida assembléia. Nesse caso, formou-se um litisconsórcio:**

- A) ativo, necessário e unitário;
- B) misto, facultativo e simples;
- C) ativo, facultativo e unitário
- D) ativo, necessário e simples;
- E) ativo, facultativo e necessário.

**09) FGV/TJ-RO/2015 - Menor, relativamente incapaz, assistido pelos pais, ajuizou ação de cobrança de obrigação contratual em face do devedor. No curso da relação processual, deu-se o falecimento do demandante. O fenômeno pelo qual os seus herdeiros passarão a integrar o polo ativo da lide é conhecido como:**

- A) representação processual;
- B) substituição processual;
- C) litisconsórcio superveniente
- D) sucessão processual
- E) legitimação extraordinária

**10) FGV/TRT-12ªR/2017 - Marcella, advogada de uma empresa em processo que tramita numa Vara Cível da Comarca de Caçador (SC), foi intimada pelo juízo, numa quarta feira, para a prática de determinado ato processual no prazo de cinco dias. Considerando ser feriado na segunda-feira da semana seguinte, o termo final do prazo processual concedido à patrona se dá na:**

- A) segunda-feira da semana seguinte;
- B) terça-feira da semana seguinte;
- C) quarta-feira da semana seguinte;
- D) quinta-feira da semana seguinte;
- E) sexta-feira da semana seguinte

**11) FGV/TRT-12ªR/2017 - Armando se sentiu lesado em um pacote turístico que adquiriu para as suas férias e, assim, ajuizou em junho de 2016 uma ação contra a companhia aérea na qual voou e contra a operadora de turismo que lhe vendeu o pacote terrestre. Cada réu contratou um advogado diferente, mas que atuavam no mesmo escritório jurídico. Prolatada a sentença, e de acordo com o CPC, é correto afirmar que:**

- A) o prazo para recurso será contado de forma simples
- B) no caso concreto será em quádruplo o prazo para recorrer
- C) será contado em dobro o prazo para apelar;
- D) o juiz decidirá, mas, em deferindo o prazo em dobro para os réus, deverá dar o mesmo tratamento ao autor, por isonomia;
- E) o prazo em dobro será apenas para o réu principal

**12) FGV/MPE-RJ/2016 - De acordo com a disciplina em vigor, é correto afirmar, no que concerne aos prazos processuais, que:**

- A) o Ministério Público dispõe do prazo em quádruplo para contestar;
- B) reputa-se tempestivo o ato praticado antes do termo *a quo* da fluência do prazo;
- C) não havendo norma jurídica expressa ou prazo fixado pelo juiz, deve a parte praticar o ato processual que lhe incumbir em quarenta e oito horas
- D) os litisconsortes com procuradores diferentes, ainda que integrantes de um mesmo escritório de advocacia, têm o benefício do prazo em dobro para que se manifestem;
- E) salvo disposição em contrário, os prazos são contados incluindo-se o dia do começo e o do vencimento

**13) FGV/TJ-PI/2015/adaptada - A respeito dos atos processuais, é correto afirmar que:**

- A) o direito de consultar os autos de processo que corre em segredo de justiça e de pedir certidões de seus atos é restrito às partes, seus ascendentes e descendentes, bem como a seus procuradores;
- B) correm em segredo de justiça, quando assim decidir o Juiz da causa, os processos que dizem respeito a casamento, filiação, separação dos cônjuges, conversão desta em divórcio, alimentos e guarda de menores;
- C) os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, podem ser praticados pelo servidor, desde que à vista de determinação do Juiz, que supervisionará a atuação
- D) a desistência da ação ou do recurso só produz efeito depois de homologada judicialmente
- E) os atos e termos do processo devem ser assinados pelas pessoas que neles intervieram, devendo o escrivão certificar nos autos quando não quiserem ou não puderem fazê-lo, valendo a certidão independentemente de testemunhas da ocorrência.

**14) FGV/DPE-RO/2015 - Os atos e termos processuais não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir. Outrossim, os atos podem ser classificados em atos da parte, do juiz e do escrivão. Em relação aos atos a seguir elencados. É correto afirmar que:**

- A) sentença é o ato pelo qual o juiz, no curso do processo, resolve questão incidente;
- B) despachos são todos os atos do juiz que encerram o processo, com ou sem resolução do mérito;
- C) sentença é o julgamento proferido pelos tribunais
- D) a juntada e a vista obrigatória independem de despacho do juiz, devendo ser praticados de ofício pelo servidor;
- E) os despachos, decisões, sentenças e acórdãos serão redigidos e assinados pelo escrivão.

**15) FGV/TJ-PI/2015/adaptada ao NCPC - No que diz respeito aos atos de comunicação processual, considerando o disposto no Novo Código de Processo Civil, é correto afirmar que:**

- A) após a citação com hora certa, o escrivão ou chefe de secretaria enviará ao réu, executado ou interessado, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data da juntada do mandado aos autos, carta, telegrama ou correspondência eletrônica, dando-lhe de tudo ciência.
- B) quando a parte ré for pessoa incapaz, poderá ser citada por oficial de justiça ou por via postal, mas não por edital.

C) caso seja determinada a citação de pessoa residente em comarca contígua, conquanto de fácil comunicação, deverá ser aberta conclusão dos autos ao Juiz para determinar a expedição de carta precatória;

D) a alegação inverídica, dolosa ou culposa, de inacessibilidade do lugar em que se encontra o réu, sujeita a parte que requerer a citação por edital a multa;

E) na citação por hora certa, deverá o oficial de justiça deixar contrafé da certidão da ocorrência com pessoa da família ou quem quer que esteja na residência do citando, sendo nula a diligência caso a contrafé seja entregue a vizinho.

**16) FGV/TJ-RO/2015 - Um Oficial de Justiça, no cumprimento de mandado de citação, suspeita que o réu está se ocultando, a fim de evitar a realização do referido ato processual. Desse modo, o Oficial de Justiça intima a esposa do citando, informando que retornará no dia seguinte para realizar a citação do réu, designando um horário certo para que esse possa então ser encontrado. No dia seguinte, o réu, que se encontrava no local, foi regularmente citado na hora designada. Todavia, transcorreu o prazo para defesa e o demandado não compareceu aos autos para defender seus interesses. Nesse sentido, deverá o juiz:**

A) decretar a revelia do réu e nomear um curador especial para defesa por negação geral;

B) decretar a revelia do réu e prosseguir com o feito, sem nomeação de curador especial;

C) resolver o mérito, em favor da parte autora, uma vez que o réu é revel, o que deve levar ao acolhimento do pedido;

D) extinguir o feito, sem resolução do mérito, diante da ilegitimidade passiva ad causam;

E) determinar a citação por edital do réu, uma vez que não foi possível a sua citação pessoal

**17) FGV/DPE-RO/2015/Adaptada ao NCPD - Lucas, executor de mandados do Tribunal de Justiça, compareceu à casa de Gomes para efetuar sua citação, não o encontrando, porém. Considerando que o endereço indicado nos autos efetivamente era o do acusado e que esse era na mesma unidade da Federação do magistrado que exerce jurisdição no processo, retornou ao local em mais duas oportunidades, certificando-se, após, que Gomes se ocultava para não ser citado. Nesse caso, a citação:**

A) deverá ser pessoal, necessariamente;

B) deverá ser realizada por edital, necessariamente

C) poderá ser realizada por carta precatória;

D) poderá ser realizada por hora certa;

E) deverá ser realizada por carta rogatória, necessariamente

**18) FGV/TJ-BA/2015 - Júlio ficou sabendo que seu vizinho o está processando. Descobriu também que a sua citação foi realizada no endereço errado. Nesse caso, se Júlio comparecer em juízo apenas para arguir a nulidade da citação e esta for decretada:**

A) o prazo para apresentar a sua resposta é imediatamente suspenso;

B) o processo é extinto, sem resolução do mérito, por falta de pressuposto processual;

C) o processo é extinto, com resolução do mérito, por falta de condições da ação;

D) a citação é considerada feita na data em que for intimado da decisão;

E) a citação é convalidada pela ciência do réu da existência do processo, fluindo a partir do comparecimento o prazo para apresentar a contestação

**19) FGV/TJ-RJ/2014 - A citação é um dos mais importantes atos processuais, pois através dela é promovida a integração da relação jurídica processual. Nesse sentido, é correto afirmar que:**

- A) o comparecimento espontâneo do réu supre a deficiência da citação;
- B) a demência não é obstáculo à realização da citação do réu;
- C) a citação do réu não pode ser feita durante os sete dias seguintes ao falecimento do seu cônjuge;
- D) a citação somente poderá ser feita no local de residência do réu;
- E) a citação deve ser feita pessoalmente ao réu

**20) FGV/MPE-RJ/2016 - Tendo-se iniciado o prazo de quinze dias para contestar uma demanda, o réu apresentou contestação no oitavo dia do prazo. Porém, no décimo quarto dia do prazo, optou o demandado por protocolizar uma nova peça contestatória, nela deduzindo linha defensiva essencialmente diversa daquela exposta em sua primeira peça. Nesse cenário, deve o juiz:**

- A) receber a segunda contestação, já que ofertada ainda dentro do prazo legal;
- B) receber a segunda contestação, em observância aos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.
- C) deixar de receber a segunda contestação, em razão do instituto da preclusão lógica;
- D) deixar de receber a segunda contestação, em razão do instituto da preclusão consumativa;
- E) deixar de receber a segunda contestação, em razão do instituto da preclusão temporal

**21) FGV/TJ-RO/2015/adaptada ao NCPC - O réu, no procedimento Ordinário, poderá oferecer a contestação no prazo de quinze dias, em petição escrita, dirigida ao juiz. Quanto a esse prazo de resposta, pode-se classificá-lo como um prazo:**

- A) judicial e impróprio;
- B) legal e discricionário;
- C) legal e impróprio;
- D) dilatatório e convencional
- E) legal e próprio.

**22) A respeito das disposições gerais sobre as provas, assinale a afirmativa incorreta.**

- A) Não será admitida prova produzida em outro processo.
- B) É possível utilizar a teoria da carga dinâmica do ônus da prova nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de produzir a prova ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, de modo a permitir que haja a inversão por decisão devidamente motivada.
- C) A distribuição do ônus da prova pode ocorrer por convenção das partes, salvo quando recair sobre direito indisponível da parte ou tornar excessivamente difícil a uma parte o exercício do direito.
- D) A parte que alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário deverá provar o teor e a vigência, se assim o juiz determinar.
- E) Preservado o direito de não produzir prova contra si própria, incumbe à parte comparecer em juízo, respondendo ao que lhe for interrogado, colaborar com o juízo na realização de inspeção judicial que for considerada necessária e praticar o ato que lhe for determinado



**23) FGV/TJ-PI/2015/Adaptada ao NCPC - A respeito do perito e da prova pericial, é correto afirmar que:**

- A) a remuneração do perito será custeada pelo autor quando a produção da prova pericial houver sido requerida de ofício pelo Juiz;
- B) aplicam-se ao perito os motivos de impedimento, mas não os de suspeição;
- C) o perito tem o dever de cumprir o ofício para o qual foi nomeado, somente podendo escusar-se do encargo alegando motivo legítimo no prazo legal;
- D) é opção discricionária do Juiz ser assistido por perito quando a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico;
- E) o perito somente responde civil e penalmente pela prestação de informações inverídicas quando agir dolosamente

**24) FGV/TJ-PI/2015 – QUESTAO IMPUGNADA (MANTIDA) considerando o disposto na Lei nº 11.419/2006, é correto afirmar que:**

- A) quando a petição eletrônica for enviada para atender prazo processual, serão consideradas tempestivas as transmitidas até as 23 (vinte e três) horas e 59 (cinquenta e nove) minutos do seu último dia;
- B) as intimações feitas por meio eletrônico em portal próprio não dispensam a intimação pessoal, com carga dos autos, aos órgãos de representação judicial das Fazendas Públicas;
- C) considera-se realizada a intimação por meio eletrônico no dia, útil ou não, em que o intimando efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação, certificando-se nos autos a sua realização;
- D) nos casos urgentes em que a intimação feita na forma eletrônica possa causar prejuízo a quaisquer das partes, o ato processual deverá ser realizado por outro meio que atinja a sua finalidade, conforme determinado pelo Juiz;
- E) a distribuição da petição inicial e a juntada da contestação, dos recursos e das petições em geral, todos em formato digital, nos autos de processo eletrônico, serão feitas em até 24 (vinte e quatro) horas pelo escrivão, fornecendo-se recibo eletrônico de protocolo.

**25) FGV/TRT - 12ª R/2017 - No processo eletrônico:**

- A) a Fazenda Pública não pode ser citada ou intimada por meio eletrônico;
- B) os atos processuais não podem ser praticados por meio físico, pelas regras ordinárias;
- C) a juntada de uma petição, em formato digital, só pode ser feita por serventuários;
- D) o acesso à íntegra do processo correspondente é considerado vista pessoal do interessado;
- E) os atos processuais devem ser praticados por petição eletrônica até as 20 horas do último dia do prazo.

**26) FGV/TRT - 12ª R/2017 - Catarina é advogada em processo eletrônico trabalhista e precisa enviar ao juízo da 36ª Vara do Trabalho de Chapecó (SC), no prazo por esse fixado, uma petição com grande volume de documentos, o que torna tecnicamente inviável a sua digitalização. Considerando a legislação que disciplina a informatização do processo judicial, é correto afirmar que a advogada deverá:**

- A) requerer a digitalização dos documentos à secretaria da Vara do Trabalho, dentro do prazo fixado pelo juízo;
- B) apresentar à secretaria da Vara do Trabalho, dentro do prazo fixado pelo juízo, cópias autenticadas dos documentos;

- C) apresentar os documentos à secretaria da Vara do Trabalho, no prazo de dez dias contados do envio de petição eletrônica, comunicando o fato, que serão devolvidos à parte após o trânsito em julgado
- D) requerer ao juízo a dilação do prazo e solicitar a digitalização dos documentos ao setor responsável no TRT;
- E) apresentar os documentos à secretaria da Vara do Trabalho, no prazo de quinze dias contados do envio de petição eletrônica comunicando o fato, que serão devolvidos à parte após a prolação da sentença.

**27) FGV/TRT - 12ª R/2017 - O juiz de Direito da 29ª Vara Empresarial de determinada cidade encontra se com um caso que possui grande repercussão social. Em razão disso, uma entidade especializada no tema que será apreciado peticiona nos autos, em junho de 2017, requerendo a sua intervenção no feito como amicus curiae. Diante do que dispõe o CPC, é correto afirmar que:**

- A) é impossível a pretensão deduzida porque a figura do amicus curiae existe apenas para as causas que tramitam no STF;
- B) se o juiz não aceitar a participação da entidade como amicus curiae, ela poderá recorrer dessa decisão interlocutória;
- C) é viável a admissão de amicus curiae em 1º grau de jurisdição, desde que aceito pelo juiz em decisão irrecorrível;
- D) amicus curiae só existe para as causas que estejam nos Tribunais, ou seja, do 2º grau em diante;
- E) caso a entidade seja aceita como amicus curiae, ela poderá no futuro recorrer da sentença e decisões posteriores.

**28) FGV/MPE-RJ/2016 - São condições para o regular exercício da ação:**

- A) legitimidade ad causam e demanda regularmente formulada
- B) interesse de agir e competência do juízo;
- C) legitimidade ad processum e possibilidade jurídica do pedido;
- D) possibilidade jurídica do pedido e competência do juízo;
- E) legitimidade ad causam e interesse de agir.

**29) FGV/MPE-RJ/2016 - No tocante à inércia, uma exceção a tal característica da jurisdição, de acordo com a legislação processual vigente, é a:**

- A) interdição;
- B) reintegração de posse de imóvel público;
- C) restauração de autos;
- D) anulação de contrato administrativo;
- E) nulidade de casamento.

**30) FGV/MPE-RJ/2016 - São elementos identificadores da ação:**

- A) juízo, partes e pedido;
- B) juízo competente, causa de pedir e demanda;
- C) partes, causa de pedir e pedido
- D) partes, interesse processual e pedido;
- E) causa de pedir, legitimidade e demanda.

**31) FGV/TJ-PI/2015 - A respeito do processo de conhecimento, é correto afirmar que:**

- A) quando houver previsão legal ou procuração, é possível pleitear judicialmente, em nome próprio, direito alheio;



- B) a sentença declara a existência ou a inexistência de relação jurídica, mas excepcionalmente pode declarar fatos, como a autenticidade ou falsidade de documento;
- C) a falta dos pressupostos processuais conduz à nulidade relativa, enquanto a ausência das condições da ação acarreta nulidade absoluta;
- D) toda pessoa que se acha no exercício dos seus direitos tem capacidade postulatória;
- E) verificando a incapacidade processual ou a irregularidade da representação das partes, o Juiz proferirá imediatamente sentença terminativa

**32) FGV/PGE-RO/2015 - Joaquim, advogado, é procurado por José para apresentar defesa no processo em que sua esposa pede o divórcio e alimentos. Sem ser ainda constituído procurador do réu nos autos, Joaquim vai ao cartório do juízo, onde:**

- A) poderá examinar os autos do processo, mesmo sem procuração;
- B) poderá, sem procuração nos autos, requerer vista do processo pelo prazo de cinco dias, sem direito de examiná-lo de imediato;
- C) não poderá examinar os autos do processo, pois não tem procuração;
- D) poderá examinar os autos do processo imediatamente, devendo juntarem quinze dias a procuração;
- E) não poderá examinar os autos do processo, mesmo que apresentasse a procuração naquele momento.

**33) FGV/TJ-RO/2015 - No curso de um processo, veio a notícia do falecimento do advogado da parte ré. O juiz, verificando a necessidade de se regularizar a representação do réu, suspendeu o processo e assinou prazo para que este sanasse o vício. Não sendo cumprido o despacho, deve o juiz:**

- A) decretar a nulidade do processo e extinguir o feito sem resolução do mérito;
- B) decretar a nulidade do processo e extinguir o feito com resolução do mérito;
- C) reputar o réu revel e determinar o prosseguimento do processo
- D) excluir o réu do processo e julgar procedente o pedido formulado
- E) designar um curador especial para o réu.

**34) FGV/TJ-RO/2015 - Quanto ao tema da capacidade processual, é INCORRETO afirmar que:**

- A) se trata de um pressuposto de validade da relação processual;
- B) a ausência de capacidade para estar em juízo constitui vício que não pode ser sanado, devendo o juiz extinguir o processo sem resolução do mérito assim que constatar o defeito;
- C) têm capacidade de ser parte todas as pessoas físicas e jurídicas, além dos entes e massas de bens desprovidos de personalidade jurídica a que a lei atribui tal capacidade, como o espólio e o condomínio de edifício;
- D) a capacidade postulatória consiste na aptidão para dirigir petições ao juiz, sendo privativa do advogado e de profissionais do direito que exerçam funções análogas, no âmbito de suas atribuições, como o Promotor de Justiça e o Defensor Público;
- E) o advogado, mesmo sem instrumento de mandato, pode exercer a sua capacidade postulatória em prol de seu cliente, a fim de evitar a consumação da prescrição ou decadência, caso em que deverá exhibir a procuração no prazo de quinze dias, prorrogável por igual período, por despacho do juiz.

**35) FGV/TJ-RO/2015 - A hipótese que NÃO dá azo à suspensão do processo é:**

- A) convenção das partes;
- B) morte do único advogado de uma das partes;
- C) relação de prejudicialidade do julgamento do mérito com causa que seja objeto de outro processo em curso;
- D) inexistência de bens penhoráveis no patrimônio do executado;
- E) litispendência.

**36) FGV/TCM-SP/2015 - Maria e José resolveram celebrar uma transação para pôr termo a diversas ações em que figuram como autor e réu respectivamente, inclusive partilhando imóveis de propriedade comum. Arrependida do acordo celebrado, Maria requer ao juiz da ação onde se realizou o referido pacto que indefira o pedido de homologação da transação. Considerando os dados fornecidos pelo problema, é correto afirmar que o pedido de Maria**

- A) será indeferido, pois o desfazimento da transação depende da anuência do Ministério Público;
- B) será deferido, porquanto ninguém é obrigado a contratar;
- C) será deferido, porque o negócio jurídico celebrado não tem poder vinculante;
- D) será indeferido, pois é impossível o arrependimento e rescisão unilateral da transação, já que suas condições obrigam definitivamente
- E) será deferido, porque não está o juiz obrigado à sua homologação, notadamente se verificar que uma das partes foi mais beneficiada do que a outra.

**37) FGV/DPE-RO/2015 - Na ação de usucapião, o litisconsórcio que se estabelece entre a pessoa em cujo nome estiver registrado o imóvel usucapiendo e os proprietários dos imóveis que lhe sejam confinantes deve ser classificado como:**

- A) passivo, necessário e simples;
- B) passivo, necessário e unitário;
- C) ativo, facultativo e simples;
- D) passivo, facultativo e unitário;
- E) ativo, facultativo e unitário

**38) FGV/DPE-RO/2015 - O princípio constitucional do juiz natural identifica o juiz competente para o julgamento da causa com base em regras estabelecidas previamente à ocorrência do fato em questão. Esse princípio garante a imparcialidade da própria pessoa do juiz. Nesse sentido, o nosso ordenamento jurídico:**

- A) proíbe a instituição de júízo ou tribunal de exceção;
- B) admite que se escolha o júízo da causa por foro de eleição;
- C) proíbe que se ajuíze novamente uma mesma demanda quando a primeira foi extinta por carência de ação;
- D) proíbe a criação de varas especializadas nas comarcas;
- E) admite que os juízes sejam substituídos, de ofício, pelo Presidente do Tribunal para julgar as demandas, em casos de repercussão nacional.

**39) FGV/DPE-RO/2015 - Manoel moveu ação judicial em face de Joana, pleiteando a condenação desta a lhe pagar verba indenizatória em razão da prática de um ato ilícito. Manoel veio a falecer no curso do processo.**

**Os herdeiros do autor requereram a habilitação para assumir o polo ativo. Tendo sido deferida pelo juiz a habilitação pleiteada, pode-se afirmar que ocorreu a:**

- A) substituição processual;
- B) sucessão processual;
- C) revelia;
- D) exceção;
- E) prorrogação da competência.

**40) FGV/DPE-RO/2015 - Todas as sentenças produzem coisa julgada formal, uma vez que atingirão o trânsito em julgado e mais nenhum ato processual poderá ser praticado no curso daquela relação. Todavia, algumas sentenças atingem sua finalidade principal que é a de julgar a relação jurídica de direito material que foi apresentada pelas partes diante do juiz. Nesse caso, diz-se que as sentenças são definitivas, gerando coisa julgada material. Apresenta-se uma sentença com aptidão para gerar coisa julgada material quando o juiz:**

- A) reconhecer a ilegitimidade passiva do réu;
- B) reconhecer que há confusão entre autor e réu;
- C) reconhecer que a ação é considerada intransmissível por disposição legal;
- D) pronunciar a decadência ou a prescrição;
- E) reconhecer a falta de interesse de agir.

**41) FGV/DPE-RO/2015 - José, Juiz de Direito da Comarca, com competência para o feito, recebeu uma petição inicial para manifestação inaugural, quando percebeu que seu tio, que é seu parente em terceiro grau, era o advogado da parte autora. Poderá José:**

- A) se declarar impedido para o julgamento da causa, porque o advogado da parte é seu parente;
- B) se declarar suspeito para o julgamento da causa, porque não pode julgar uma demanda em que seu tio é o advogado da parte;
- C) proceder ao julgamento da causa, porque o fato de seu tio atuar como advogado da parte não o torna, por este motivo, impedido para o julgamento;
- D) extinguir o processo, sem resolução do mérito, porque não poderia julgar demanda em que seu tio é o advogado;
- E) determinar que a parte constitua novo advogado, uma vez que não poderia julgar a demanda com seu tio patrocinando a causa

**42) FGV/DPE-RO/2015 - Manuel propôs ação judicial em face de Maria, pleiteando a sua condenação ao pagamento de verba indenizatória, afirmando que esta lhe teria ofendido a honra em uma reunião de condomínio, quando afirmou, na frente de todos os presentes, que ele não sabia estacionar seu veículo na garagem. Citada pessoalmente, Maria não contestou a ação. Nesse caso:**

- A) será reputado verdadeiro o fato afirmado por Manuel, ocasionando a procedência do pedido formulado;
- B) não será reputado verdadeiro o fato, devendo o autor provar a afirmação feita por Maria, uma vez que a revelia ocorrida não induz a presunção de veracidade do fato no caso;
- C) será reputado verdadeiro o fato, todavia o juiz não está obrigado a julgar procedente o pedido, podendo julgá-lo improcedente, mesmo sem contestação da Ré;

D) ocorrerá revelia, reputando-se configurado o direito à reparação pecuniária requerida, pois o litígio versa sobre direito disponível

E) não ocorrerá a revelia, devendo o autor provar que sabe estacionar seu veículo na garagem

**43) FGV/TJ-SC/2015/adaptada - Sobre os atos processuais, é correto afirmar que:**

A) não podem ser praticados aos sábados, porque tais dias não são considerados dias úteis;

B) podem ser praticados aos domingos, mediante autorização expressa do juiz;

C) não podem ser praticados durante os feriados, mesmo se tiverem natureza cautelar;

D) podem ser praticados após as 20 horas, quando expressamente requerido pelas partes;

E) podem ser concluídos após as 20 horas os atos iniciados antes, quando o adiamento prejudicar a diligência ou causar grave dano.

**44) FGV/TJ-SC/2015 - Juliano tem 63 anos de idade e gostaria de pedir a prioridade na tramitação do processo onde figura como réu. O processo atualmente encontra-se na segunda instância, não havendo qualquer documento indicando a idade de Juliano, que é cidadão português. Nesse caso, ele não deve obter a prioridade, pois ela só pode ser deferida**

A) aos idosos que tenham mais de 65 anos

B) aos idosos que figurem como autor;

C) pela primeira instância

D) mediante prova da idade;

E) aos idosos brasileiros

**45) FGV/TJ-BA/2015 - Paula propôs uma demanda indenizatória. Apesar de o réu ter ficado revel, os pedidos de Paula foram julgados improcedentes, com trânsito em julgado. Inconformada, Paula propõe a mesma demanda novamente, no ano seguinte. Nesse caso, se o réu apresentar defesa, o novo processo deve ser extinto**

A) com resolução do mérito, por economia processual;

B) sem resolução do mérito, por violar a coisa julgada;

C) sem resolução do mérito, por litispendência

D) com resolução do mérito, por violar a boa-fé;

E) sem resolução do mérito, por congruência

**46) FGV/TJ-RJ/2014 - Carlos Frota propôs uma ação de cobrança em face de Luana Dias. Em sua contestação, Luana Dias alega e comprova que já pagou o valor que está sendo cobrado por Carlos Frota. Nessa hipótese, incumbe :**

A) ao autor demonstrar o pagamento efetuado

B) à ré produzir prova testemunhal sobre a existência da dívida;

C) à ré demonstrar que os documentos apresentados pelo autor são originais;

D) ao autor demonstrar que o pagamento não foi válido;

E) à ré demonstrar a inexistência da dívida.

**47) FGV/ TJ-RJ/ 2014 / adaptada. A citação pode ser feita pelo correio, no seguinte caso**

- A) quando o citando residir em local não atendido pela entrega domiciliar de correspondência
- B) quando o citando for pessoa de direito público;
- C) quando o citando for incapaz;
- D) ações de estado;
- E) ações que visem à rescisão de contrato

**48) FGV/ TJ-RJ/ 2014 – Adaptada - Caio propôs ação de indenização em face do Estado do Rio de Janeiro, pleiteando a condenação deste a lhe pagar verba reparatória de danos morais no valor de duzentos mil reais. Acolhido integralmente o pleito autoral, foi o ente político intimado da sentença no dia 15 de setembro de 2014, vindo a interpor recurso de apelação no dia 10 de outubro, sem recolher quaisquer valores a título de preparo. Relativamente ao apelo manejado, é correto afirmar que:**

- A) deve receber juízo negativo de admissibilidade, em razão de sua intempestividade e da ausência de preparo;
- B) deve receber juízo positivo de admissibilidade, já que cumpridos os respectivos requisitos;
- C) deve receber juízo negativo de admissibilidade, em razão da ausência de interesse recursal, considerando que incide na espécie o duplo grau de jurisdição obrigatório
- D) deve receber juízo negativo de admissibilidade, apenas em razão de sua intempestividade;
- E) deve receber juízo positivo de admissibilidade, já que a Fazenda Pública é isenta de preparo e não está sujeita a prazos recursais

**49) FGV/ TJ-GO/ 2014 - Rafael, advogado, dirige-se ao cartório de determinada Vara de Família e solicita ao servidor vista dos autos de divórcio consensual entre João e Joana, que tramita naquele juízo. O casal é patrocinado pela Defensoria Pública Tendo em vista que este casal acredita que o processamento do feito no cartório está demorado, pedem que o referido advogado tenha vista dos autos para esclarecer os motivos de tal atraso. Deverá o servidor**

- A) dar vista dos autos, independentemente de procuração, porque todo advogado tem direito de ter vista dos autos de qualquer processo;
- B) recusar a vista dos autos, porque só se admitir a vista se houvesse requerimento do advogado por escrito;
- C) recusar a vista, pois precisa ter de uma autorização prévia da Defensoria Pública que patrocina a causa;
- D) dar vista dos autos, caso o advogado apresente procuração do casal para tanto, em razão de o feito tramitar sob sigilo de justiça;
- E) recusar a vista, mesmo com procuração, pois o feito tramita sob sigilo de justiça e o advogado não tem direito de consultar os referidos autos

**50) FGV/ TJ-GO/ 2014 - Determinado servidor público ajuizou demanda judicial pleiteando uma gratificação que teria sido deferida a outra categoria de servidores e que este entende ter o mesmo direito. Havendo cinco juízos possíveis com competência para a matéria, foi, por sorteio, distribuída a referida ação para o juízo da 1ª Vara.**

O julgador desta Vara determina que o servidor junte aos autos seu comprovante de pagamento, a fim de verificar sua remuneração, o que não foi atendido. Intimado para dar andamento ao processo, o servidor requer a desistência do feito, o que foi atendido, sendo o processo extinto, sem resolução do mérito, eis que sequer o réu havido sido citado. Desejando propor novamente a mesma lide, deverá o referido servidor:

- A) distribuir nova petição inicial, sem prevenção do juízo da 1ª Vara, eis que naquela outra ação o réu sequer foi citado;
- B) distribuir nova petição inicial, por dependência ao juízo da 1ª Vara, eis que este estaria prevento para a referida causa;
- C) requerer o desarquivamento da ação originariamente proposta, e dar prosseguimento ao feito naquele juízo da 1ª Vara, uma vez que o réu sequer foi citado;
- D) requerer o desarquivamento da ação originária que será remetida a livre distribuição entre os cinco juízos referidos;
- E) pagar novamente as custas e peticionar no mesmo processo, não podendo funcionar no feito o mesmo julgador, que estará impedido para a causa.

**51) FGV/ MPE-RJ/ 2014 - Em razão do falecimento do autor no curso da relação processual, o seu herdeiro, provando satisfatoriamente tal qualidade, pleiteou ao juiz a sua habilitação no feito. Deferido o requerimento, a sua atuação no processo sedará a título de**

- A) assistente qualificado;
- B) substituto processual
- C) representante processual
- D) sucessor processual;
- E) litisconsorte superveniente

**52) FGV/ MPE-RJ/ 2014 – Adaptada - Proprietário de bem imóvel situado na Comarca de Teresópolis, constatando ter sido o mesmo ocupado por pessoa não autorizada, intentou ação reintegratória na Comarca do Rio de Janeiro, onde reside. Diante da prova documental que instruiu a petição inicial, o juiz deferiu a tutela antecipatória de mérito requerida pelo autor, decretando o imediato desalijo da parte ré. Sobre essa decisão interlocutória, é correto afirmar que foi proferida por juízo:**

- A) relativamente incompetente, devendo o réu suscitar o vício por meio de exceção, sob pena de prorrogação da competência;
- B) relativamente incompetente, embora tal vício possa ser reconhecido ex officio;
- C) absolutamente incompetente, impondo-se a sua anulação e a remessa dos autos para um dos juízos cíveis da Comarca de Teresópolis;
- D) absolutamente incompetente, embora a sua validade deva ser preservada, em homenagem à garantia constitucional da plena efetividade do processo;
- E) absolutamente incompetente, embora o reconhecimento desse vício dependa da iniciativa da parte ré no sentido de suscitá-lo.

**53) FGV/ MPE-RJ/ 2014 - Profere-se sentença dotada de aptidão para gerar a coisa julgada material quando se**

- A) homologa a desistência da ação
- B) julga extinto pedido formulado em ação civil pública, em razão da insuficiência do conjunto probatório;



- C) julga extinto pedido formulado em ação cautelar
- D) proclama a carência de ação, em razão da ilegitimidade ativa ad causam;
- E) pronuncia a prescrição do direito alegado pelo autor em sua inicial.

**54) FGV/ MPE-RJ/ 2014 - Empreendidos esforços para a localização do réu, sem êxito, determinou o juiz a sua citação por edital. Efetivada a citação por essa modalidade, não foi oferecida, no prazo legal, a peça contestatória. Nesse cenário, deve o juiz:**

- A) decretar a revelia do réu e julgar de imediato o feito, acolhendo o pedido do autor em razão da presunção de veracidade dos fatos narrados na inicial
- B) decretar a revelia do réu e julgar de imediato o feito, acolhendo ou rejeitando o pedido do autor, conforme a sua convicção jurídica e os elementos de prova constantes dos autos;
- C) julgar extinto o feito sem resolução do mérito, já que é ônus do autor fornecer o correto endereço do réu, a fim de que se viabilize a sua citação pessoal;
- D) decretar a revelia do réu e nomear curador especial para desempenhar a sua defesa, sendo-lhe exigível, na contestação, impugnar especificadamente os fatos narrados na inicial
- E) decretar a revelia do réu e nomear curador especial para desempenhar a sua defesa, não sendo exigível, na contestação, impugnar especificadamente os fatos narrados na inicial

**55) FGV/ MPE-RJ/ 2014 - O fato ou circunstância que não dá azo à suspensão do processo é:**

- A) a alienação da coisa ou do direito litigioso, por ato entre vivos;
- B) a irregular idade da representação processual das partes;
- C) o vínculo de prejudicialidade externa;
- D) a convenção das partes;
- E) a inexistência de bens suscetíveis de penhora, no patrimônio do executado.

**57) FGV/ DPE-DF/ 2014 - A modalidade de intervenção de terceiros que se presta a assegurar a efetivação do direito de regresso em favor da parte eventualmente sucumbente no processo é:**

- A) a assistência litisconsorcial
- B) a assistência simples
- C) a denúncia da lide.
- D) o chamamento ao processo
- E) a oposição.

**58) FGV/ DPE-RJ/ 2014 - Otelo, assistido por advogado, ingressou com ação de conhecimento em desfavor de Iago, assistido por Defensor Público, questionando promessa de compra e venda de Desdêmona, uma vaca premiada. Decorrido o prazo da resposta do réu (com o oferecimento tempestivo de defesa processual e de mérito, evitando os efeitos da revelia), verificou o juiz a desnecessidade de réplica, prolatando despacho em que determinava a especificação de provas. O autor, então, requereu como meio de prova o depoimento pessoal do réu, especificando que pretendia obter esclarecimentos acerca dos fatos relevantes e controvertidos alegados e provocar a confissão.**

O réu peticionou afirmando que se contentava com a prova documental já acostada aos autos, quando da sua resposta, aproveitando para afirmar que havia mudado para outro Estado da Federação, fornecendo seu novo endereço. O juiz deferiu a prova requerida pelo autor. Em relação ao caso Desdêmona (ação de conhecimento de Otelo em desfavor de Iago, questionando promessa de compra e venda de Desdêmona, uma vaca premiada), a ciência do réu quanto ao deferimento da prova pelo juiz se dará por

- A) Citação
- B) Notificação
- C) Intimação
- D) Precatória
- E) Rogatória

59) Otelo, assistido por advogado, ingressou com ação de conhecimento em desfavor de Iago, assistido por Defensor Público, questionando promessa de compra e venda de Desdêmona, uma vaca premiada. Decorrido o prazo da resposta do réu (com o oferecimento tempestivo de defesa processual e de mérito, evitando os efeitos da revelia), verificou o juiz a desnecessidade de réplica, prolatando despacho em que determinava a especificação de provas. O autor, então, requereu como meio de prova o depoimento pessoal do réu, especificando que pretendia obter esclarecimentos acerca dos fatos relevantes e controvertidos alegados e provocar a confissão. O réu peticionou afirmando que se contentava com a prova documental já acostada aos autos, quando da sua resposta, aproveitando para afirmar que havia mudado para outro Estado da Federação, fornecendo seu novo endereço. O juiz deferiu a prova requerida pelo autor. Com base no caso Desdêmona (ação de conhecimento de Otelo em desfavor de Iago, questionando promessa de compra e venda de Desdêmona, uma vaca premiada), a resposta apresentada por Iago, que é assistido por Defensor Público, tem o prazo de

- A) 10 dias
- B) 15 dias.
- C) 30 dias.
- D) 45 dias.
- E) 60 dias.

60) FGV/ DPE-RJ/ 2014 - O princípio da imediação (ou imediatidade) consiste na contemporânea e contínua interação comunicacional entre juiz, partes e provas, a fim de que o julgador possa conhecer pessoal e diretamente as alegações das partes e o acervo probatório do processo, desde sua iniciação, prolatando, no mais breve lapso temporal, sua decisão. A alternativa na qual NÃO ocorre a incidência do referido princípio é

- A) prova testemunhal
- B) prova documental.
- C) interrogatório.
- D) depoimento pessoal do autor ou do réu.
- E) inspeção judicial.

61) FGV/ DPE-RJ/ 2014 - De acordo com o Código de Processo Civil, duas ou mais ações são consideradas conexas quando :

- A) houver a denominada tríplice identidade, coincidindo as partes, causas de pedir e pedidos.
- B) houverem sido despachadas na mesma data, se idêntica a competência territorial, ou determinada a citação no mesmo dia, se diversas as comarcas
- C) houver identidade de partes e comunhão probatória, reunindo-se as ações perante um mesmo juízo.
- D) pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir de modo uniforme para todas as partes.
- E) lhes for comum o objeto, ocasião em que o juiz poderá reuni-las para julgamento simultâneo.

**62) FGV/ DPE-RJ/ 2014 - No decorrer de audiência de instrução e julgamento, deve ser considerado correto o procedimento probatório previsto no Código de Processo Civil e realizado pelo juiz que**

- A) permite a colheita do depoimento pessoal do réu na presença do autor, inquirindo-o na forma prescrita para a oitiva de testemunhas
- B) indefere o depoimento de testemunha sobre fato que só por documento pode ser comprovado
- C) permite a cada parte oferecer no máximo dez testemunhas sobre cada fato, não podendo dispensá-las unilateralmente.
- D) dispensa o depoimento das testemunhas que não puderem comparecer na audiência de instrução.
- E) dispensa a produção das provas requeridas pela parte cujo advogado compareceu à audiência.

**63) FGV/ AL-MT/ 2013 – Adaptada - suspensão de um processo deve ser vista como uma situação anômala que indica a ocorrência de uma causa legal que força a sua momentânea paralisação. Uma das hipóteses que gera a suspensão temporária de um processo é a ocorrência da morte do procurador de uma das partes. A esse respeito, assinale a afirmativa correta.**

- A) Ocorrendo a morte do procurador do réu, o Juiz suspenderá o processo, salvo se já tiver iniciado a audiência de instrução e julgamento
- B) Ocorrendo a morte do procurador do autor, o Juiz suspenderá o processo e fixará o prazo 15 (quinze) dias para a constituição de novo mandatário, sob pena do processo prosseguir à revelia do autor
- C) Ocorrendo a morte do procurador do autor, o Juiz suspenderá o processo, salvo se já tiver iniciado a audiência de instrução e julgamento.
- D) Ocorrendo a morte do procurador do réu, o Juiz suspenderá o processo e fixará o prazo 15 (quinze) dias para a constituição de novo mandatário, sob pena do processo prosseguir à revelia do réu.
- E) Ocorrendo a morte do procurador de qualquer das partes, o processo não poderá ser suspenso, em nenhuma hipótese, prosseguindo apenas com as partes no processo até que seja proferida a sentença.

**64) FGV/ AL-MT/ 2013 – Adaptada - Considerando a falta de previsão legal para a prática de um ato processual e a omissão do magistrado no mesmo sentido, assinale a alternativa que indica corretamente o prazo para a prática dos atos processuais**

- A) Cinco dias.
- B) Dez dias.
- C) Quinze dias.

D) Trinta dias

E) O prazo, nessa hipótese, é dilatatório e pode ser estabelecido consensualmente pelas partes

**65) FGV/ AL-MT/ 2013 – Adaptada - Os atos judiciais ou provimentos do Juiz podem ser de três diferentes espécies: despachos, decisões interlocutórias e sentenças. Acerca desses atos judiciais assinale a afirmativa correta.**

A) O despacho do Juiz é manifestação que pode ser impugnada por recurso

B) A decisão interlocutória é manifestação do magistrado irrecorrível, que visa apenas impulsionar o processo.

C) As sentenças terminativas são decisões do Juiz que implicam em resolução do mérito.

D) O despacho é a manifestação pela qual o Juiz rejeita o pedido do autor, tomando-o por improcedente.

E) A decadência ou a prescrição de um direito é pronunciada pelo Juiz por meio da prolação de sentença definitiva.

**66) FGV/ TCE-BA/ 2013 – Adaptada - Antônio, famoso cantor da região de Milagrópolis, mata um desafeto ao término de um show, gerando grande repercussão local. Em razão de sua popular idade, Antônio tem seu processo distribuído para o TJCM (Tribunal para Julgamento de Cantores de Milagrópolis), criado após a ocorrência dos fatos esquivando-se, assim, do julgamento pelo Tribunal do Juri. A dinâmica dos fatos revela inequívoca violação a um fundamental princípio do Direito Processual brasileiro. Assinale a alternativa que revela o princípio que, de forma direta e específica, foi violado pelos fatos acima narrados.**

A) Princípio da Ampla Defesa

B) Princípio do Contraditório.

C) Princípio do Juiz Natural

D) Princípio da Lealdade Processual

E) Princípio da Inafastabilidade do Controle Jurisdicional.

**67) FGV/ TCE-BA/ 2013 - Toda sentença, por força de expressa previsão legal, precisa conter elementos essenciais. A lei os chama de requisitos, a designar algo que deve ser preexistente, existir antes mesmo da sentença, como um seu pressuposto. A ausência de qualquer um deles vicia a decisão. As alternativas a seguir apresentam requisitos ou elementos essenciais das sentenças, à exceção de uma. Assinale-a.**

A) Relatório.

B) Provimento.

C) Fundamentação

D) Dispositivo.

E) Motivação.

**68) FGV/TCE-BA/2013 - Modernamente a sentença definitiva se classifica em três espécies, conforme o seu conteúdo. Esta é uma classificação referente às sentenças de procedência do pedido**

A) A ação de investigação de paternidade, quando julgado procedente o pedido do autor, termina com a prolação de sentença condenatória.

B) A ação de usucapião, quando julgado procedente o pedido do autor, termina com a prolação de sentença condenatória.

- C) A sentença condenatória é a que contém o acerto da existência ou inexistência de uma relação jurídica
- D) A sentença meramente declaratória é a que contém um ato judicial capaz de determinar a criação, modificação ou extinção de uma relação jurídica.
- E) A sentença condenatória é aquela que impõe, ao vencido, o cumprimento de um dever jurídico de dar, fazer ou não fazer,

**69) FGV/CONDER/2013 - A respeito do processo eletrônico, assinale a afirmativa incorreta.**

- A) No processo eletrônico, todas as citações serão feitas por meio eletrônico e, quando por motivo técnico, for inviável o uso do meio eletrônico para a realização de citação, o processo será suspenso
- B) Quando o ato processual tiver que ser praticado em determinado prazo, por meio de petição eletrônica, serão considerados tempestivos os efetivados até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia.
- C) Os originais dos documentos digitalizados deverão ser preservados pelo seu detentor até o trânsito em julgado da sentença ou, quando admitida, até o final do prazo para interposição de ação rescisória
- D) Os documentos cuja digitalização seja tecnicamente inviável deverão ser apresentados ao cartório ou secretaria no prazo de dez dias contados do envio de petição eletrônica comunicando o fato, os quais serão devolvidos à parte após o trânsito em julgado
- E) A procuração pode ser assinada digitalmente com base em certificado emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma da lei específica

**70) FGV/FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE/2013 - O Direito Processual Civil é regido por uma série de princípios, muitos dos quais estão previstos na própria Constituição da República. Assinale a alternativa que indica o princípio segundo o qual fica assegurado a todo aquele que se sentir lesado ou ameaçado em seus direitos, o acesso aos órgãos judiciais**

- A) Princípio da Tempestividade da Tutela Jurisdicional
- B) Princípio da Motivação das Decisões Judiciais
- C) Princípio da Isonomia
- D) Princípio do Contraditório
- E) Princípio da Inafastabilidade do Controle Jurisdicional

**71) FGV/TJ-AM/2013 - Tomás ajuizou determinada ação em face de Onofre. No prazo de defesa do réu, Onofre arguiu lacuna na lei invocada por Tomás e afirmou que isso deveria beneficiá-lo, gerando a imediata extinção do processo, sem resolução do mérito. Com base no caso descrito, assinale a afirmativa correta.**

- A) Ao réu assiste razão e, havendo lacuna na lei que trata do pedido de Tomás, o processo deverá ser extinto sem resolução do mérito.
- B) As partes, havendo lacuna na lei e sendo certa a extinção do processo sem resolução do mérito, podem fazer acordo e requerer que o Juiz o homologue por sentença.
- C) O Juiz, no caso de lacuna no texto de lei, deve extinguir o processo in limine litis, não sendo possível a homologação de qualquer acordo em juízo.
- D) O processo deve ser suspenso até que haja correção da lei na qual se fundamenta o objeto da causa, respeitado o prazo decadencial, após o qual o processo deve ser extinto e arquivado em definitivo.

E) O Juiz terá que sentenciar mesmo que, de fato, haja lacuna na lei e, neste caso, valer-se-á de outras fontes do direito processual como os princípios e costumes

**72) FGV/Senado Federal/2008 - Havendo processo que está em fase recursal (apelação) pretende a parte apelante distribuir demanda que reputa conexa, por dependência, antes da subida dos autos ao tribunal. No caso a pretensão**

A) é possível, desde que a segunda demanda guarde efetiva identidade com a primeira.

B) necessita que o recurso não tenha sido encaminhado à Câmara.

C) é permitida desde que exista identidade de causa de pedir entre as ações.

D) é viável, em função de já ter sido produzida a prova na ação que foi julgada.

E) é incabível, por não haver conexão em processos que estejam em instâncias distintas

**73) FGV/Senado Federal/2008 - A pendência de uma lide sobre determinado bem acarreta sua:**

A) inalienabilidade.

B) impenhorabilidade.

C) indisponibilidade.

D) litigiosidade.

E) intransmissibilidade.

**74) FGV/TJ-SC/2018 - Em uma audiência de instrução e julgamento, foi colhido o depoimento de uma testemunha do autor, apesar de ter sido arguida sua suspeição pela parte ré. O julgador prolatou sentença de procedência do pedido com base apenas na prova documental acostada aos autos. Em caso de apelação sob o argumento de nulidade daquele depoimento, a referida sentença será:**

A) reformada, pois deverá ser invertido o resultado do julgamento

B) anulada, já que posterior ao ato considerado nulo;

C) confirmada, já que é independente da prova oral produzida no processo;

D) complementada, com a indicação de que a testemunha é suspeita;

E) substituída por outra a ser proferida pelo julgador, de qualquer teor

**75) FGV/TJ-SC/2018 - Citado regularmente, o réu ofereceu contestação no quinto dia do prazo de que dispunha para tanto. Mas, depois de protocolizada a sua peça de bloqueio, lembrou-se ele de outra tese defensiva que lhe seria aproveitável, não suscitada em sua contestação e tampouco sendo cognoscível ex officio pelo juiz. Assim, optou o demandado por ofertar nova contestação, o que fez no décimo segundo dia após o da juntada do mandado de citação. Nesse cenário, deve o juiz:**

A) deixar de receber a segunda contestação, em razão da preclusão temporal;

B) deixar de receber segunda contestação, em razão da preclusão lógica;

C) deixar de receber a segunda contestação, em razão da preclusão consumativa;

D) receber a segunda contestação, já que apresentada dentro do prazo legal;

E) receber a segunda contestação, em homenagem às garantias da ampla defesa e do contraditório.

**76) FGV/TJ-SC/2018 - De acordo com o Código de Processo Civil em vigor, é correto afirmar, no tocante aos prazos processuais, que:**



- A) devem eles ser contados em dias corridos;
- B) o prazo processual praticado antes de seu plano inicial deve ser reputado intempestivo
- C) ficam eles suspensos entre os dias 24 de dezembro e 07 de janeiro, inclusive;
- D) não havendo regra legal ou prazo fixado pelo juiz, será de cinco dias o prazo para a prática do ato a cargo da tarde;
- E) salvo disposição em contrário, são eles contados incluindo-se o dia do começo e o dia do vencimento

**77) FGV/TJ-SC/2018 - Define-se a prevenção do juízo para processar e julgar duas ações conexas, propostas perante órgãos jurisdicionais distintos, pela:**

- A) distribuição da petição inicial;
- B) prolação do despacho liminar positivo;
- C) prolação de qualquer despacho, ainda que se limite a determinar a emenda da petição inicial;
- D) citação válida;
- E) citação, ainda que inválida.

**78) FGV/OAB/2018 - Alice, em razão de descumprimento contratual por parte de Lucas, constituiu Osvaldo como seu advogado para ajuizar uma ação de cobrança com pedido de condenação em R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), valor atribuído à causa. A ação foi julgada procedente, mas não houve a condenação em honorários sucumbenciais. Interposta apelação por Lucas, veio a ser desprovida, sendo certificado o trânsito em julgado. Considerando o exposto, assinale a afirmativa correta.**

- A) Em razão do trânsito em julgado e da preclusão, não há mais possibilidade de fixação dos honorários sucumbenciais
- B) Como não houve condenação, presume-se que há fixação implícita de honorários sucumbenciais na média entre o mínimo e o máximo, ou seja, 15% do valor da condenação.
- C) O trânsito em julgado não impede a discussão no mesmo processo, podendo ser requerida a fixação dos honorários sucumbenciais por meio de simples petição.
- D) Deve ser proposta ação autônoma para definição dos honorários sucumbenciais e de sua cobrança

**79) FGV/OAB/2017 - Marcos se envolveu em um acidente, abalroando a motocicleta de Bruno, em razão de não ter visto que a pista estava interditada. Bruno ajuizou, em face de Marcos, ação de indenização por danos materiais, visando receber os valores necessários ao conserto de sua motocicleta. Marcos, ao receber a citação da ação, entendeu que a responsabilidade de pagamento era da Seguradora Confiança, em virtude de contrato de seguro que havia pactuado para seu veículo, antes do acidente. Diante de tal situação, assinale a afirmativa correta.**

- A) Marcos pode promover oposição em face de Bruno e da seguradora.
- B) Marcos pode promover denúncia da lide à seguradora
- C) Marcos pode pedir a instauração de incidente de desconsideração da personalidade jurídica em face da seguradora.
- D) Marcos pode promover o chamamento ao processo da seguradora

**80) FGV/OAB/2014/Adaptada - Juliana e Marcos são casados sob o regime da comunhão parcial de bens. Entretanto, tornada impossível a vida em comum e diante da existência de filhos menores do casal, ingressam com ação de divórcio perante a Vara de Família e Sucessões competente para a apreciação do litígio. No curso da demanda judicial, um dos cônjuges vem a falecer. Considerando a hipótese narrada, assinale a opção correta.**

- A) O processo será extinto sem resolução do mérito, pois, tratando-se de direito personalíssimo, a ação é intransmissível
- B) O processo deverá ser suspenso pelo prazo de 30 dias, de modo a criar oportunidade à sucessão processual do cônjuge falecido por seus herdeiros legítimos
- C) Diante do falecimento de um dos cônjuges no curso da ação de divórcio, deverá o juiz efetuar o julgamento da lide no estado em que se encontra, acolhendo a pretensão autoral
- D) Com o falecimento de uma das partes na ação de divórcio, resolve-se o processo sem resolução do mérito, operando-se o fenômeno processual da confusão entre o autor e réu

**81) FGV/OAB/2013 - A respeito da capacidade processual, assinale a afirmativa correta.**

- A) Os municípios serão representados em juízo, ativa e passivamente, pelo Prefeito ou pelo procurador.
- B) O juiz, de plano, deverá extinguir o processo sem resolução do mérito, ao verificar a incapacidade processual ou a irregularidade da representação das partes.
- C) O juiz dará curador especial ao réu preso, bem como ao réu citado por hora certa, por edital ou por meio eletrônico.
- D) A citação dos cônjuges nas ações que versem sobre direitos reais imobiliários é prescindível.

**82) FGV/OAB/2012-Adaptada - As regras processuais impõem as partes deveres que devem ser observados ao longo do processo judicial. Tais deveres têm, como corolário lógico, a existência de uma responsabilidade processual civil. Acerca de tal responsabilidade, é correto afirmar que**

- A) a responsabilidade por dano processual não pode ser reconhecida em face de terceiros intervenientes, sendo um fenômeno tipicamente atrelado à atuação das partes da demanda.
- B) havendo mais de um litigante de má-fé, o juiz deverá condená-los na proporção de seus interesses ou solidariamente, caso tenham se coligado para lesar o adversário.
- C) a indenização a ser fixada imediatamente após a prática do ato punível poderá exceder vinte por cento sobre o valor da causa, ficando sua fixação sujeita ao livre arbítrio do juiz
- D) a apresentação em juízo de petição que não corresponda, com perfeição, ao original anteriormente remetido por fax, não enseja responsabilização por dano processual, mas tão somente a prática de crime a ser punido nos termos do Código Penal.

**83) FGV/OAB/2011 - O Código de Processo Civil regulamenta como se dará a atuação das partes e dos procuradores em juízo.**

**Além de dispor sobre a capacidade processual e dos deveres de cada um, disciplina sobre a constituição de representante processual e substituição das partes e dos procuradores. A respeito dessa temática, assinale a alternativa correta**

- A) Ao advogado é admitido procurar em juízo sem instrumento de mandato a fim de praticar atos reputados urgentes. Mas, para tanto, deverá prestar caução e exibir o instrumento de mandato no prazo improrrogável de quinze dias.
- B) O instituto da sucessão processual ocorrerá quando houver a morte de qualquer das partes, que será substituída pelo espólio ou por seus sucessores, suspendendo-se o processo e sendo defesa a prática de atos processuais, salvo atos urgentes a fim de evitar dano irreparável.
- C) O advogado poderá a qualquer tempo renunciar ao mandato, devendo, entretanto, assistir o mandante nos dez dias subsequentes a fim de lhe evitar prejuízo, salvo na hipótese de ter comprovado que cientificou o mandante para que nomeasse substituto.
- D) Caso o advogado deixe de declarar na petição inicial o endereço em que receberá intimação, poderá fazê-lo até a fase de saneamento, mas as intimações somente informarão o nome do advogado quando tal dado estiver regularizado

**84) FGV/OAB/2013/Adaptada - Com relação ao início da contagem do prazo para apresentação de resposta, em ação ajuizada pelo procedimento comum, em face de apenas um réu, assinale a afirmativa correta.**

- A) Em se tratando de citação postal, começa a correr o prazo a partir da data da juntada aos autos do aviso de recebimento
- B) Em se tratando de citação por oficial de justiça, começa a correr o prazo no dia seguinte ao do cumprimento da diligência.
- C) Em se tratando de citação por carta precatória, começa a correr o prazo no dia em que a carta é devolvida ao juízo de origem
- D) Em se tratando de citação por edital, começa a correr o prazo no dia seguinte ao da publicação do referido edital

**85) FGV/OAB/2012 – Adaptada - De acordo com o Código de Processo Civil, a respeito dos prazos processuais contados em dias, é correto afirmar que**

- A) serão contados excluindo-se o dia do início e incluindo-se o dia do vencimento, não se admitindo disposição em contrário.
- B) as intimações somente obrigarão o comparecimento depois de decorridas 48 (quarenta e oito) horas, salvo quando for outro o prazo fixado por lei.
- C) em caso de litisconsórcio, com o mesmo procurador, ser-lhes-ão contados em dobro os prazos para contestar, recorrer e, de modo geral, falar nos autos.
- D) não havendo previsão legal, ou outro fixado pelo juiz, o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte será de 10 (dez) dias.

**86) OAB-DF/2006 – Adaptada - Assinale a alternativa INCORRETA**

- A) sem instrumento de mandato, o advogado não será admitido a procurar em juízo, salvo se procurador de órgão público, ou, ainda, para intentar a ação a fim de evitar prescrição ou decadência ou para praticar atos reputados urgentes, oportunidade em que fica obrigado a exibir o instrumento de mandato no prazo de quinze dias, prorrogáveis até outros quinze, por despacho do juiz;
- B) a Fazenda Pública e o Ministério Público têm prazo em quádruplo para recorrer e em dobro para contestar;

C) é vedado reduzir prazos peremptórios sem anuência das partes. Contudo, em se tratando de comarca, seção ou subseção judiciária onde for difícil o transporte, o juiz poderá prorrogar os prazos por até dois meses;

D) em princípio, a citação será feita pelo correio, para qualquer comarca do País, dispensando a expedição de carta precatória, exceto quando o autor a requerer de outra forma ou quando frustrada a citação pelo correio.

**87) OAB-DF/2006 – Adaptada - Assinale a alternativa INCORRETA**

A) os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, dependem de despacho, não podendo ser praticados de ofício pelo servidor

B) Os advogados públicos ou privados, o defensor público e o membro do Ministério Público devem restituir os autos no prazo do ato a ser praticado

C) o ônus da prova incumbe ao réu quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor;

D) a ordem de citação dada por juiz incompetente induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor.

**88) FGV/OAB/2016 - No decorrer da tramitação de uma ação, em que se discutiam as declarações de última vontade contidas em um testamento, foi alegada, pela parte interessada, a ausência de intervenção obrigatória do Ministério Público, requerendo, como consequência, a anulação de todo o procedimento. Com base no CPC/15, assinale a afirmativa correta.**

A) A alegação está correta, uma vez que compete ao Ministério Público intervir nas causas concernentes a disposições de última vontade, sob pena de nulidade

B) O advogado da parte contrária pode arguir a inexistência de obrigatoriedade de intervenção, uma vez que, nesse caso, cabe ao parquet avaliar a presença do interesse público ou social, decidindo ou não pela intervenção.

C) Não há nulidade na situação narrada, pois a obrigatoriedade de intervenção do Ministério Público se limita às ações em que haja interesse de incapaz ou participação da Fazenda Pública.

D) alegação de nulidade está correta, de modo que o juiz deverá invalidar todo o processo, desde a distribuição.

**89) FGV/OAB/2013/Adaptada - A citação é capaz de gerar efeitos processuais e materiais, consoante o que preceitua o Código de Processo Civil. Sobre os efeitos da citação, assinale afirmativa correta.**

A) Realizada a citação, induz-se a litispendência. Todavia, continua sendo possível a propositura de nova ação idêntica, pois a inafastabilidade da tutela jurisdicional é corolário do Estado Democrático de Direito, devendo-se viabilizar o acesso à justiça.

B) A citação válida, por si só, não é capaz de tornar a coisa ou o direito litigioso, ou seja, estes não passam a estar vinculados ao resultado do processo. Sendo assim, em caso de alienação do bem, será possível, a qualquer tempo, a alteração da legitimidade das partes

C) O despacho que ordena a citação válida não é capaz de interromper a prescrição. Sendo assim, somente poderá falar-se em interrupção se a parte assim o requerer ao juiz, devendo este, antes de decidir, possibilitar o contraditório por parte do réu

D) A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação

**90) FGV/OAB/2012/Adaptada - Maria ingressou, na vara cível da comarca XYZ, com uma ação de responsabilidade civil em face de André, pelo procedimento comum. André é regularmente citado para oferecer resposta. Com base nas modalidades de citação previstas pelo Direito Processual Civil, assinale a alternativa correta.**

A) Se o oficial de justiça, após comparecer três vezes ao local, não conseguir citá-lo, mas tiver suspeita de que André se oculta, será feita a citação por edital.

B) Se a citação ocorrer por meio eletrônico e seu conteúdo não for acessado no prazo de dez dias deverá ocorrer a citação ficta do réu.

C) Se André for pessoa absolutamente incapaz, não será cabível a citação feita pelo correio.

D) Se for necessário realizar a citação em comarca contígua, deverá ser expedida carta precatória para que o juízo deprecante realize a citação